

RESOLUÇÃO Nº 201/2019
(Publicada no Diário Oficial de 11/01/2020)

Alterada pela Resolução nº 75/2020.

Habilita a ENERGÉTICA CAMAÇARI MURICY II S/A., aos benefícios do DESENVOLVE.

O CONSELHO DELIBERATIVO DO DESENVOLVE, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei nº 7.980, de 12 de dezembro de 2001, regulamentada pelo Decreto nº 8.205, de 03 de abril de 2002, e alterações e considerando o que consta do processo SICM nº 1100130016152,

RESOLVE:

Art. 1º Considerar habilitado ao Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica do Estado da Bahia - DESENVOLVE o projeto de implantação da ENERGÉTICA CAMAÇARI MURICY II S/A, CNPJ nº 18.590.377/0001-03 e IE nº 110.675.316NO, instalada no município de Dias D'Ávila, neste Estado, ao benefício do diferimento do lançamento e do pagamento do ICMS relativo às aquisições de bens destinados ao ativo fixo, para o momento em que ocorrer sua desincorporação, pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, contado a partir da data da publicação desta Resolução no Diário Oficial do Estado, nas seguintes condições:

Nota: A redação atual do art. 1º foi dada pela Resolução nº 75 de 15/12/2020, DOE de 22/12/2020, para alterar a localização do empreendimento para DIAS D'ÁVILA, mantida a redação de seus incisos, efeitos a partir de 22/12/2020.

Redação original:

“Art. 1º Considerar habilitado ao Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica do Estado da Bahia - DESENVOLVE o projeto de implantação da ENERGÉTICA CAMAÇARI MURICY II S/A, CNPJ nº 18.590.377/0001-03 e IE nº 110.675.316NO, instalada no município de Camaçari, neste Estado, ao benefício do diferimento do lançamento e do pagamento do ICMS relativo às aquisições de bens destinados ao ativo fixo, para o momento em que ocorrer sua desincorporação, pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, contado a partir da data da publicação desta Resolução no Diário Oficial do Estado, nas seguintes condições:”.

I - nas operações de importações de bens do exterior;

II - nas operações internas relativas às aquisições de bens produzidos neste Estado e;

III - nas aquisições de bens em outra unidade da Federação, relativamente ao diferencial de alíquotas.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala de Sessões, 17 de dezembro de 2019.

96ª Reunião Ordinária do Desenvolve

JOÃO FELIPE DE SOUZA LEÃO
Presidente